

**MAGAZINE LUIZA S.A.**  
Companhia Aberta de Capital Autorizado  
CNPJ/MF nº 47.960.950/0001-21  
NIRE 35.3.0010481.1

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 2019**

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Aos 30 (trinta) dias do mês de outubro de 2019, às 14h horas, na sala de reuniões do Escritório de Negócios São Paulo, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amazonas da Silva, nº 27, Vila Guilherme, da Magazine Luiza S.A. (“**Companhia**”).
2. **CONVOCAÇÃO E PRESENCAS:** Convocação realizada em conformidade com as disposições do artigo 22, parágrafo 3º, do Estatuto Social da Companhia (“**Estatuto Social**”), sendo registrada a presença da totalidade dos membros. Conselheiros presentes: Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues, Marcelo José Ferreira e Silva, Carlos Renato Donzelli, Inês Corrêa de Souza, José Paschoal Rossetti, Betania Tanure de Barros e Sílvio Romero de Lemos Meira.
3. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Sra. Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues, na qualidade de Presidente e Sr. Marcelo José Ferreira e Silva, na qualidade de Secretário.
4. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: (i) a realização de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“**Ações**”), com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“**Instrução CVM 476**”), e com esforços de colocação no exterior (“**Oferta Restrita**”); (ii) a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia (“**Acionista**”) na subscrição das Ações a serem emitidas no âmbito da Oferta

Restrita, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”), e no artigo 5º, parágrafo 4º, do Estatuto Social, sendo que tal emissão será realizada dentro do limite de capital autorizado previsto no Estatuto Social; (iii) a concessão do direito de prioridade exclusivamente aos Acionistas para a subscrição de até a totalidade das Ações a serem colocadas por meio da Oferta Primária Base (conforme definido abaixo) (“**Direito de Prioridade**”); (iv) a ratificação dos atos que a Diretoria da Companhia já tenha praticado, única e exclusivamente, com vistas à realização da Oferta Restrita; e (v) a autorização para que a Diretoria da Companhia pratique todos os atos necessários à execução das deliberações tomadas nesta reunião e para a implementação da Oferta Restrita.

**5. DELIBERAÇÕES:** Após a análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, deliberaram os Conselheiros, por unanimidade dos votos:

**5.1** Aprovar a realização da Oferta Restrita, conforme os termos e condições dispostos abaixo:

**5.1.1** A Oferta Restrita consistirá na distribuição primária de 90.000.000 (noventa milhões) de novas Ações de emissão da Companhia (“**Oferta Primária Base**”), com esforços restritos de colocação, a ser realizada na República Federativa do Brasil (“**Brasil**”), em mercado de balcão não organizado, em conformidade com os procedimentos da Instrução CVM 476, do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários” atualmente em vigor, editado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA (“**ANBIMA**” e “**Código ANBIMA**”, respectivamente) e demais disposições legais aplicáveis, incluindo o Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão (“**B3**” e “**Regulamento do Novo Mercado**”, respectivamente) e o Ofício Circular B3 087/2014-DP, sob a coordenação do Banco Itaú BBA S.A.

(“**Coordenador Líder**”), do Banco BTG Pactual S.A. (“**BTG Pactual**”), do Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. (“**Bank of America**”), Banco J.P. Morgan S.A. (“**J.P. Morgan**”), do BB-Banco de Investimento S.A. (“**BB Investimentos**”), do Banco Bradesco BBI S.A. (“**Bradesco BBI**”), Banco Morgan Stanley S.A. (“**Morgan Stanley**”) e do Banco Santander (Brasil) S.A. (“**Santander**” e, em conjunto com o Coordenador Líder, o BTG Pactual, o Bank of America, o J.P. Morgan, o BB Investimentos, o Bradesco BBI e o Morgan Stanley, os “**Coordenadores da Oferta**”), nos termos do Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão do Magazine Luiza S.A., a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores (conforme abaixo definido) e os Coordenadores da Oferta (“**Contrato de Colocação**”).

- 5.1.2** Simultaneamente, serão também realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelo BTG Pactual US Capital LLC, pelo Itau BBA USA Securities, Inc., pelo BofA Securities, Inc., pelo J.P. Morgan Securities LLC, pelo Banco do Brasil Securities LLC, pelo Bradesco Securities, Inc., pelo Morgan Stanley & Co. LLC, e pelo Santander Investment Securities Inc. (em conjunto, “**Agentes de Colocação Internacional**”) (i) nos Estados Unidos da América, exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos na Regra 144A, editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos da América (“**SEC**”), em operações isentas de registro, previstas no *U.S. Securities Act* de 1933, conforme alterado (“**Securities Act**”) e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com as leis desse país (*non-U.S. persons*), nos termos do Regulamento S, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor (investidores descritos nas alíneas (i) e

(ii) acima, em conjunto, “**Investidores Estrangeiros**”), em qualquer dos casos, que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional nº 4.373, de 29 de setembro de 2014, e pela Instrução da CVM nº 560, de 27 de março de 2015, conforme alterada, ou pela Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada, sem a necessidade, para tanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC. Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, serão realizados nos termos do *Placement Facilitation Agreement*, a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional (“**Contrato de Colocação Internacional**”).

**5.1.3** Até a data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, inclusive, a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá, a critério da Companhia, da LTD Administração e Participações S.A. (“**LTD S.A.**”) e da Wagner Garcia Participações (“**W.G.**” e em conjunto com a LTD. S.A. os “**Acionistas Vendedores**”), em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 35% do total de Ações inicialmente ofertado, ou seja, em até 30.000.000 (trinta milhões) ações ordinárias, compreendendo uma distribuição primária adicional de 10.000.000 (dez milhões) de novas Ações de emissão da Companhia (“**Oferta Primária Adicional**” e, em conjunto com Oferta Primária Base a “**Oferta Primária**”) e de 20.000.000 (vinte milhões) Ações de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores (“**Memorando Preliminar**”), nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, as quais serão destinadas a atender eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no momento em que for fixado o Preço por Ação (conforme abaixo definido) (“Oferta Secundária” e, em conjunto com a Oferta Primária Adicional, as “**Ações Adicionais**”).

- 5.1.4** O preço por Ação será fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a investidores profissionais, conforme definidos no artigo 9º-A da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil (“**Investidores Institucionais Locais**” e, em conjunto com Investidores Estrangeiros, “**Investidores Profissionais**”), a ser realizado no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, e no exterior, junto aos Investidores Estrangeiros, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional (“**Procedimento de Bookbuilding**” e “**Preço por Ação**”, respectivamente). O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletadas junto a Investidores Profissionais por meio do Procedimento de *Bookbuilding*, considerando a cotação das ações de emissão da Companhia na B3.
- 5.1.5** Não será admitida a negociação ou cessão, total ou parcial, dos direitos de prioridade dos Acionistas a quaisquer terceiros, incluindo entre os próprios Acionistas.
- 5.1.6** Não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta Restrita.
- 5.1.7** Os recursos líquidos oriundos da Oferta Primária serão destinados para (i) investimentos em ativos de longo prazo, incluindo (a) a expansão da plataforma de marketplace, (b) investimentos em tecnologia, inovação, pesquisa e desenvolvimento, (c) automação dos centros de distribuição, (d) iniciativas em serviços digitais, (e) expansão de novas categorias, (f) abertura de novas lojas, (g) transformação das lojas existentes em mini-centros de distribuição (“*shoppable distribution centers*”) e (h) aquisições estratégicas; e (ii) otimização da estrutura de capital da Companhia, incluindo reforço de capital de giro.

- 5.2** Aprovar a exclusão do direito de preferência dos Acionistas na subscrição das Ações a serem emitidas no âmbito da Oferta Restrita, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, e no artigo 5º, parágrafo 4º, do Estatuto Social, sendo que tal emissão será realizada dentro do limite de capital autorizado previsto no Estatuto Social.
- 5.3** Aprovar a concessão do Direito de Prioridade, de forma a dar cumprimento ao disposto no artigo 9º-A da Instrução CVM 476 e a assegurar a participação dos Acionistas na Oferta Restrita, para subscrição de até a totalidade das Ações a serem colocadas por meio da Oferta Primária, aos Acionistas, na respectiva proporção de suas participações acionárias no total do capital social da Companhia, desconsiderando as ações de emissão da Companhia mantidas em tesouraria.
- 5.4** Ratificar os atos que a diretoria da Companhia já tenha praticado, única e exclusivamente, com vistas à realização da Oferta Restrita.
- 5.5** Autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários à consecução das deliberações tomadas nesta reunião. Para tanto, a Diretoria da Companhia está investida de plenos poderes para, desde já, tomar todas as providências e praticar todo e qualquer ato necessário à realização da Oferta Restrita, e em especial dos poderes de representação da Companhia perante a CVM, a B3 e a ANBIMA, conforme se faça necessário, podendo para tanto praticar ou fazer com que sejam praticados quaisquer atos e/ou negociar, aprovar e firmar quaisquer contratos, comunicações, notificações, certificados, documentos ou instrumentos que considerar necessários ou apropriados para a realização da Oferta Restrita.

**6. ENCERRAMENTO:** Foi lavrada a presente ata, que depois de lida e aprovada na forma do Estatuto Social, vai assinada pelos Conselheiros presentes. Conselheiros presentes: Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues, Marcelo José Ferreira e Silva, Carlos Renato Donzelli, Inês

Corrêa de Souza, José Paschoal Rossetti, Betania Tanure de Barros e Sílvia Romero de Lemos Meira. São Paulo/SP, 30 de outubro de 2019.

Certifico que o presente documento é o extrato da ata lavrada em livro próprio, com a transcrição das deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, nos termos do parágrafo 1º, do artigo 142, da Lei 6.404/76.

São Paulo/SP, 30 de outubro de 2019.

---

**Marcelo José Ferreira e Silva**

Secretário

*Lélio Marcos Rodrigues Bertoni*

*OAB/SP 258.194*